

O PAPEL DOS/AS PROFESSORES/AS NA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: importância de práticas pedagógicas interdisciplinares

Daniele Galvani do Nascimento¹

¹Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, danielegalvani@hotmail.com

Resumo – Este trabalho analisará o papel do professor e de práticas interdisciplinares na implementação da lei 10.639/03 e na educação das relações étnico-raciais. A pesquisa, qualitativa, apoia-se em autores como Gomes (2012) e Munanga (2005). Objetiva-se salientar o papel do educador para uma educação que desenvolva valores de respeito à diversidade.

Palavras-chave: Educação das relações étnico-raciais. Lei 10.639/03. Práticas pedagógicas. Interdisciplinaridade.

1. Introdução

A educação das relações étnico-raciais é uma temática que vem ganhando cada vez mais espaço, sobretudo após a promulgação da Lei nº 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), e institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica. Resultado de pressões do Movimento Negro e de diversos debates, a lei, como uma política de ação afirmativa, tem como objetivo a valorização da cultura africana e afro-brasileira e o desenvolvimento do respeito e da tolerância à diversidade cultural de nosso país.

A escola é um espaço em que convivem alunos de diferentes origens, com costumes e religiosidades diferentes, é onde aprendemos as regras do convívio democrático com as diferenças e são apresentados conhecimentos sistematizados sobre o Brasil e o mundo, fornecendo assim subsídios para o debate de questões sociais. Nesse contexto, é imprescindível o papel desempenhado pelo professor, de despertar o



senso crítico em relação a questões como o preconceito, a desigualdade e a discriminação racial, e a consciência e valorização da pluralidade cultural.

Porém, nem sempre encontramos professores preparados para lidar com os desafios que a discriminação racial impõe em sala de aula: “[...] essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã” (MUNANGA, 2005, p. 15).

Uma leitura crítica pode fornecer subsídios para o debate acerca das relações étnico-raciais, principalmente no que tange à cultura africana e afro-brasileira, como forma de conscientização e respeito à diversidade.

2. Dos Fatos

A lei prevê, tendo também como parâmetro as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), que o conteúdo da temática negra esteja presente em todo o currículo, em especial nas disciplinas de Língua Portuguesa, Arte e História, exigindo assim, tanto um currículo quanto práticas que dialoguem entre as diversas áreas do conhecimento, possibilitando a construção e o enriquecimento de saberes acerca da história e da cultura africana e afro-brasileira. Diante disso, a interdisciplinaridade, ao articular os conteúdos, é um fator essencial para um trabalho efetivo de educação das relações étnico-raciais.

O trabalho realizado de forma interdisciplinar exige compromisso e dedicação por parte dos educadores, e para isso, é indispensável oportunidades que proporcionem momentos no cotidiano escolar para a reflexão e o planejamento destas ações. Infelizmente, diante da realidade e das limitações impostas, nem sempre é possível inserir tais discussões devido à falta de tempo disponível.



A troca de experiências, fundamental à proposta interdisciplinar esbarra-se nesta visão ocidental do tempo. Este elemento disciplinador, mecanizado e construído socialmente que dificulta nossas ações, que, em geral, sempre falta na hora de sistematizarmos nossos sonhos e projetos, deve ser levado em conta ao construirmos alternativas. (ROCHA; TRINDADE, p. 59, 2006)

Embora o desenvolvimento de ações interdisciplinares seja muitas vezes dificultado, ele é fundamental. De acordo com Gomes (2012), em relatório que mostra o resultado de uma pesquisa de campo que buscou verificar o grau de implementação da lei em escolas de todo o Brasil, o trabalho coletivo e interdisciplinar é de extrema importância, evidenciando que a tendência é que ele tenha continuidade na escola. Práticas individualizadas, uma vez que estas são restritas apenas aos envolvidos, acabam por não serem sustentáveis e se dissipar. Assim, os projetos e ações conjuntas tem maiores chances de se enraizarem na escola, contribuindo para a implementação da lei.

Os projetos interdisciplinares possibilitam diálogos e trocas de experiências entre os professores, criando estratégias e práticas inovadoras, estabelecendo assim relações de complementaridade e convergência entre as disciplinas. Além disso, favorecem a busca de novos conhecimentos sobre a temática da história e da cultura africana e afro-brasileira e de novas formas e ações para desenvolver o trabalho em sala de aula, provocando mudanças positivas nas práticas por meio de “[...] trabalhos coletivos e interdisciplinares, ao estudo e à busca de bibliografia, ao reconhecimento da sua própria ignorância sobre a temática africana e afro-brasileira e às lacunas sobre essa temática no seu processo de formação inicial nas mais diversas áreas (GOMES, 2012, p. 345).

3. Conclusão

Torna-se então, de suma importância, práticas pedagógicas positivas e interdisciplinares que contribuam para a implementação da lei nº 10.639/03 e para a

